



FEDERASUL

FILIADA À  CACB

Qual Estado queremos
comemorar em 2035,
nos 200 anos da
Revolução Farroupilha?

Manifesto
Empreendedor Gaúcho
Julho 2023

Desafios na Competitividade e Qualidade de Vida dos Gaúchos:

Uma Visão para 20 de Setembro de 2035

Uma criança que entrou com 6 anos na educação fundamental em 2023, que Estado vai encontrar em 20 de Setembro de 2035?

Vamos legar um Estado rico em oportunidades para jovens de 18 anos em 2035?

Nossos filhos vão poder empreender e viver com qualidade de vida em sua própria terra?

Podemos nos tornar um destino para grandes talentos?

Manifesto Empreendedor Gaúcho

O Manifesto Empreendedor Gaúcho, com ideias aprovadas por unanimidade em Reunião de Integração conjunta do Conselho Superior, Diretoria Executiva e Presidentes de Filiadas em 12 de Julho de 2023, pretende, pela apresentação de breve histórico, diagnósticos e cenários, embasar posturas e propostas da entidade de ações no presente para uma visão inspiradora de um futuro possível em 2035.

A FEDERASUL, federação empresarial que representa 184 entidades associativas do comércio, indústria, serviços, agronegócio, turismo, tecnologia, entre outros setores, a partir de levantamentos de oportunidades, gargalos e desafios pelo prisma dos empreendedores nos 09 Fóruns Macrorregionais que cobriram toda área do Estado, pelo amplo debate técnico sobre a integração competitiva dos modais logísticos rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeroviário no Congresso Estadual de Infraestrutura e no Encontro de Embaixadores em 22 de junho de 2023, pelas avaliações de suas Divisões, Grupos de Trabalho, apoiadores, bem como abordagens em reuniões almoço Tá na Mesa, concilia neste documento intitulado Manifesto Empreendedor Gaúcho, a síntese das análises internas, diagnósticos e cenários do primeiro semestre de 2023, com as principais demandas, ações necessárias ao resgate da competitividade de setores em crise e posicionamentos sobre propostas para integração mais eficaz dos modais logísticos de transporte, como bases socioeconômicas para qualidade de vida futura.

O Momento Gaúcho

O Rio Grande do Sul, depois de várias décadas de disputa ideológica que gerou uma realidade de desequilíbrio fiscal, endividamento e falta de capacidade de aportes em contrapartidas, que terminaram culminando num ambiente hostil a investimentos, com atraso de salários de servidores e incapacidade de prestar serviços públicos, a partir de 2015, em processo de desindustrialização e durante grave crise socioeconômica, sedimentou o terreno na opinião pública para construção de convergências sociais e políticas, enfrentando as dificuldades numa série de ajustes de gestão.

Numa ação conjunta liderada pelo Executivo com apoio do Parlamento e da Sociedade Civil Organizada, foram realizadas várias concessões, privatizações e reformas como a administrativa, previdenciária e do Código Ambiental, melhorando a situação das contas públicas para um ainda frágil equilíbrio fiscal em 2023, com salários de servidores públicos em dia, recuperação momentânea da capacidade de investimentos em função da venda de ativos e melhora significativa no ambiente para acolher investimentos.

O novo diagnóstico habilita o Rio Grande do Sul a competir por grandes investimentos externos.

O Cenário Mundial como Janela de Oportunidades para o RS

a) Polo Exportador de Segurança Energética e a Reindustrialização

Neste momento de rearranjo geopolítico mundial, onde plantas industriais migram da Ásia em direção a América buscando segurança pela proximidade com grandes centros consumidores de alta complexidade, entre os muitos investimentos potenciais mapeados com interesse em nosso Estado, pairam sobre o Rio Grande do Sul 82 projetos de plantas eólicas (21 offshore e 61 onshore) com potencial de consolidar os estudos que demonstram boa viabilidade econômica na produção de Hidrogênio Verde tanto para exportação quanto uso interno, despertando o Estado para sua vocação como Polo Exportador de Segurança Energética Sustentável (Doc. Portos RS).

Um ambiente acolhedor para estes investimentos pode começar a movimentar e diversificar o parque metalmeccânico em várias regiões, abrindo caminho com a oferta de hidrogênio verde para a reindustrialização verde, despertando a atenção dos municípios para identificar suas vocações projetando distritos industriais adaptados e receptivos.

Ainda sob a ótica do risco de desindustrialização, pelo peso socioeconômico da produção de resina plástica no RS, merece preocupação a viabilidade do polo petroquímico gaúcho, pela perda de competitividade em relação a concorrentes americanos e sauditas que utilizam a Zona Franca de Manaus como mero ponto de reembalagem de polietileno e polipropileno importado, beneficiando as plantas industriais e a geração de empregos nos Estados Unidos e na Arábia Saudita, quando admite créditos tributários presumidos para o comprador de mera reembalagem de importados, em prejuízo da produção industrial nacional.

Num momento em que as plantas industriais se realocam no mundo em busca de segurança estratégica dos países, merece atenção prioritária a inviabilidade econômica da produção industrial nacional de resinas termoplásticas, sob a ótica do risco de nos tornarmos dependentes de nações estrangeiras em um insumo básico para movimentar a matriz econômica.

No mesmo sentido, merece revisão do Governo Federal a isenção tributária do e-commerce internacional até US\$50,00 pela concorrência desleal com empreendedores brasileiros que geram empregos e tributos aqui, porque embora esta isenção atue quase como um entorpecente na opinião pública, proporcionando momentâ-

nea sensação de bem-estar, terminará deixando sequelas graves na extinção de milhões de empregos da indústria nacional ao varejo brasileiro, retirando a renda daqueles que julgavam se beneficiar.

Resumo:

- Acelerar a liberação e estimular a implantação dos projetos de energias renováveis no Estado com destaque para 82 projetos de plantas eólicas on shore e off shore.
- Facilitar e estimular a implantação de plantas de hidrogênio verde no Estado.
- Estimular os municípios para criação ou adaptação de áreas industriais analisando suas vocações e potencialidades regionais.
- Trabalhar na legislação federal para impedir a competição desleal do polietileno e polipropileno importado, valorizando a cadeia produtiva local.
- Revisão do Governo Federal quanto a isenção tributária do e-commerce internacional até US\$50,00.

b) Polo Exportador de Segurança Alimentar Sustentável

Na histórica vocação para o agronegócio, a recente evolução em larga escala da agricultura de precisão, possibilita agora a diversificação e expansão com soja, milho e pastagens irrigados em terras baixas, viabilizando a rotação em áreas antes exclusivas para arroz irrigado, com otimização de recursos hídricos já outorgados em enormes áreas ambientalmente licenciadas, pela substituição da irrigação contínua por intermitente.

Num Estado historicamente castigado por estiagens, mas que dispõe de abundância de chuvas mal distribuídas ao longo do ano, na expansão da irrigação das terras altas, ganha força o debate sobre os ganhos socioambientais no enfrentamento das estiagens pela acumulação de recursos hídricos em novas barragens. Através da evolução legislativa federal, permitindo novas barragens pela substituição e expansão de áreas de preservação permanente com matas ciliares para as margens dos reservatórios, possibilitando que as APPS não sofram também com escassez de água para dessedentação, seria possível preservar espécies ameaçadas da fauna nos graves ciclos de estiagem.

O RS pode ser um exemplo de política ambiental inclusiva, quando reduz impactos ambientais pela estabilidade produtiva da irrigação, ao mesmo tempo que promove maior acesso à alimentos pela redução dos custos de produção, num mundo com mais de 800 milhões de pessoas com fome crônica, contribuindo com a segurança alimentar mundial.

A oportunidade de expandir em poucos anos a área irrigada de 1 milhão para 3 milhões de hectares em espaços de produção já consolidada, desperta nossa terra para reforçar sua vocação como Polo Exportador de Segurança Alimentar Sustentável.

Neste sentido, percebendo o aumento de poder aquisitivo de grandes populações na Ásia que passam gradativamente a demandar maior consumo de carne, mesmo num desejável ambiente de livre concorrência, na busca por agregação de valor ao agronegócio, merece atenção a crise nas cadeias produtivas de proteína animal, que perderam competitividade por deficiências nos modais de transporte gaúchos, desigualdade tributária e reflexos de sucessivas estiagens.

O encolhimento gradativo nas cadeias produtivas gaúchas de frango, suíno e leite baseadas na integração de agricultores familiares, representa grave risco de êxodo rural, aumento das

desigualdades sociais e regionais bem como perda de importantes setores de agregação de valor e arrecadação de impostos.

Desta forma, torna-se urgente o resgate da cadeia produtiva da proteína animal por políticas públicas emergenciais, antes que se torne irreversível a perda desta importante riqueza, comprometendo as políticas públicas de longo prazo focadas no aumento da demanda mundial.

Resumo:

- Reformulação da legislação ambiental Federal e Estadual para facilitar a implantação de reservatórios hídricos reduzindo os impactos de estiagens futuras.
- Resgate urgente com ações concretas e pragmáticas do Governo para a cadeia produtiva da proteína animal no RS (em especial suíno, frango, ovos e leite).

c) Polo de Inovação, Turismo e Hub de Saúde

A consolidação do Estado como um Polo de Inovação pelo ambiente efervescente nas tecnologias, tendo como exemplos o sucesso do Instituto Caldeira, o South Summith e o florescimento de polos tecnológicos regionais, somados ao resgate do equilíbrio fiscal nas contas públicas com melhora nos níveis de segurança, bem como retorno de investimentos em obras de infraestrutura pública, faz surgir nas lideranças e nos jovens vinculados à iniciativa privada um novo estado de espírito, pela perspectiva de melhora no ambiente de negócios com qualidade de vida.

Numa economia que se move por confiança, a fé em um futuro melhor no Rio Grande do Sul passa a ser componente essencial na manutenção e atração de talentos, abrindo perspectivas em diferentes áreas.

No mesmo sentido, o alto padrão da medicina em Porto Alegre, com várias instituições de excelência na área médica, abre a possibilidade de um grande Hub de saúde na América Latina.

Este novo cenário de inovação, com talentos em busca de excelência e movimentação financeira a partir da diversificação da matriz econômica, projetam a possibilidade da expansão e diversificação do turismo médico, turismo de negócios e turismo de lazer, a partir dos polos regionais que estão surgindo.

Resumo:

- Ampliar ações de melhora na ambiência e acolhimento de investimentos para consolidar o Rio Grande do Sul como polo de inovação, turismo e hub de saúde.

RS: Oportunidades em 2023 com visão de 2035

A janela de oportunidades que se abre pelo potencial de novos eixos de desenvolvimento da matriz socioeconômica gaúcha, poderá ser aproveitada ou não, dependendo da capacidade de convergência social e política da sociedade gaúcha - uma terra com histórico de beligerância ideológica promovendo estagnação, tornando o esclarecimento da opinião pública peça chave nesta visão futura de um Estado próspero e inclusivo, com qualidade de vida para todos.

O aumento da arrecadação por uma maior geração de riquezas, melhor distribuída, pode trazer uma alternativa concreta de equilíbrio robusto nas contas públicas, como solução de problemas sociais e ambientais históricos, desde resgatar a educação pública de excelência até a ampla interiorização da saúde pública de qualidade.

A reflexão sobre gargalos e oportunidades perdidas por anos, que nos trouxeram um longo período de decadência, culminando na crise da década passada, pode servir de alicerce para debater esta janela em 2023, pensando no Estado que vamos legar em 2035 para os jovens de 18 anos que ingressaram hoje, com seis anos no ensino fundamental.

Vamos legar um Estado rico em oportunidades para jovens de 18 anos em 2035?

Nossos filhos vão poder empreender e viver com qualidade de vida em sua própria terra?

Podemos nos tornar um destino para grandes talentos?

Para responder estas perguntas positivamente, baseados nos três eixos do propósito da FEDERASUL (Melhoria do ambiente de negócios, Evolução empreendedora e Busca pelo bem comum), a partir das ações no primeiro semestre de 2023, apresentamos a síntese preliminar dos desafios e oportunidades que precisamos enfrentar enquanto sociedade, identificados pelo engajamento dos diversos setores que representamos.

Congresso Estadual de Infraestrutura e Encontro de Embaixadores

Desafios e Oportunidades

a) O Modelo de Aviação Regional

Em 2015 foi lançada uma Frente Parlamentar atuando em parceria com a rede de filiais da FEDERASUL, para resgatar os voos regionais no Rio Grande do Sul como uma poderosa ferramenta de atração de novos investimentos para cidades distantes da capital.

O modelo proposto abordava a necessidade de constância do acesso aéreo ao interior como forma de potencializar negócios, visando a redução das desigualdades regionais, através de uma política pública de incentivos que permitisse trazer competitividade nas rotas que envolviam cidades do interior ainda não beneficiadas pela movimentação socioeconômica que a infraestrutura com acesso facilitado proporciona às áreas metropolitanas.

Na ausência do Estado, sem uma política pública que iguale os desiguais, a competição de novos investimentos entre rotas comerciais sempre

favorecerá as áreas economicamente mais fortes, pela volatilidade das margens das companhias aéreas associadas ao alto custo da ociosidade no início das operações, especialmente em regiões que ainda não colheram os benefícios econômicos indiretos e colaterais de um aeródromo com regularidade de voos.

Considerando que o combustível na aviação representa cerca de 30% do custo de operação das rotas, o modelo proposto focava em tornar mais atrativas as rotas para as companhias aéreas no interior através da redução gradativa dos 17% de ICMS sobre o querosene da aviação regional, atrelada a metas de aumento de rotas e transporte de passageiros do interior, podendo chegar a 2% de ICMS no momento atual.

Desta forma o governo abriu mão da possibilidade de 17% sobre o querosene de voos regionais que não aconteciam, para usufruir de aumento de arrecadação não apenas sobre inúmeras rotas viáveis, mas também sobre a explosão econômica que o acesso facilitado vem a proporcionar.

A política pública se justifica não apenas pelo aspecto social da redução das desigualdades regionais e sociais, trazendo competitividade a lugares antes alijados das grandes oportunidades pelo difícil acesso, mas também porque é o Estado, com seu investimento público aportado para viabilizar as operações, que colhe junto com as

comunidades beneficiadas, o retorno do investimento na forma de expressivo aumento da arrecadação municipal, estadual e federal.

Na ausência de uma política pública, não seria razoável supor o interesse privado no investimento em rotas inicialmente deficitárias ou menos competitivas, justamente porque o investidor privado não consegue colher os benefícios indiretos e colaterais da arrecadação posterior como forma de cobrir os déficits nos anos iniciais, pelos altos custos financeiros e de ociosidade de apostar numa região ainda fragilizada economicamente.

A política pública de incentivo à aviação regional no Rio Grande do Sul está sendo bem sucedida. Neste momento nosso Estado é o que dispõe de maior número de rotas regionais no Brasil, tendo sido capaz de atrair uma fábrica de aeronaves, com Polo de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação aérea, centro de formação e treinamento de pilotos, abrindo um novo horizonte de oportunidades na capacitação profissional para atender a lacuna que vem surgindo para as companhias aéreas mundiais.

Resumo:

- Manutenção da política de incentivos ao setor da aviação regional, ação que tem trazido comprovados benefícios ao Rio Grande do Sul

b) A Proposta de Expansão do Uso das Hidrovias

Atualmente as principais rotas hidroviárias em uso se referem a madeira do Porto de Pelotas para Guaíba, celulose de Guaíba para Rio Grande, fertilizantes do Porto de Rio Grande para Porto Alegre, petroquímicos e contêineres entre o Terminal Santa Clara e Rio Grande, farelo de soja entre Rio Grande e metropolitana com projetos federais de integração internacional pelo resgate da rota Uruguai-Brasil via Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo passando pela Eclusa em direção aos portos de Pelotas, Rio Grande e região metropolitana, conforme apresentado no Encontro de Embaixadores.

A expectativa do país vizinho, conforme exposto pelo Embaixador Uruguaio, seria a melhora na competitividade das terras do norte daquele país com possível expansão agrícola na soja, tanto pela maior proximidade com o Super Porto do Rio Grande, como pela redução de custos que a rota hidroviária representaria para exportação dos produtos como arroz, soja e madeira.

A rota hidroviária internacional facilitaria o escoamento de excessos de arroz do Mercosul, trazendo novos compradores potenciais para madeira e expansão agrícola da soja, dentro do

verdadeiro espírito de um mercado comum que minimize as fraquezas dos parceiros pela potencialização de suas forças, tornando viável a expansão agrícola de um terço do Uruguai como um parceiro do Polo Exportador de Segurança Alimentar Sustentável no Sul do Brasil.

Importante salientar a excelência da visão sistêmica do bloco econômico que nos permite enxergar o Uruguai mais como um parceiro estratégico, com quem podemos atuar para abrir novos mercados, do que como um mero concorrente que compete pelo mercado interno brasileiro.

Especialmente no caso do arroz, onde muitos gaúchos do RS foram acolhidos no país vizinho para expandir a orizicultura, a preocupação de produtores com o acesso facilitado das indústrias do Polo de Pelotas, pode ser também uma vantagem para exportação dos excessos do Bloco para outros países, bem como o histórico de importações diretas do porto de Montevideo para Pernambuco, que tantas vezes ocorreu sem sequer passar pela industrialização no RS, demonstra que restringir o livre comércio não deveria ser uma política entre parceiros estratégicos.

Ainda no mesmo sentido, o surgimento das novas tecnologias que viabilizaram a rotação de culturas em terras baixas, tende a ser um regu-

lador mais eficiente dos excessos de estoque, já que o produtor passa a dispor de outras alternativas quando o arroz não remunerar seus custos.

Em estado mais incipiente se encontra o potencial do porto de Estrela que precisaria de ações públicas ainda mais incisivas para viabilizar um frete competitivo que justifique a substituição da agilidade da carga rodoviária pelo ritmo mais lento do transporte hidroviário.

Tanto pela análise das cargas transportadas atualmente como pelas expectativas de fretes a serem transportados, percebe-se uma tendência ao transporte de produtos de menor valor agregado, que envolvam grandes volumes ou toneladas, com enorme benefício socioambiental da retirada destas cargas das rodovias, mas que necessitam de um preço altamente competitivo por tonelada na hidrovia para justificar os dias a mais que representam o transbordo e o ritmo da navegação em relação a agilidade do frete rodoviário.

Na competição entre modal rodoviário e hidroviário pelas cargas de alto valor agregado, como por exemplo o transporte refrigerado de proteína animal, os dias a mais requeridos no atual modelo de frete hidroviário representam um custo de tempo e um risco de perdas que somados, entregam a vantagem competitiva para o frete rodoviário mesmo ligeiramente mais caro

por tonelada, tornando a hidrovia nada atrativa para estas cargas perecíveis de alto valor agregado.

Neste sentido, a intensificação no uso do imenso potencial de transporte hidroviário de águas internas gaúchas, a exemplo do modelo de sucesso da aviação regional, também passa pela necessidade de Políticas Públicas Estaduais e Federais que tornem mais atrativas as rotas hidroviárias internas, com custos realmente competitivos por tonelada transportada.

Merece atenção prioritária a recente elevação das taxas de acesso aquaviário que colocam em risco de perdas a operação já existente entre o Porto do Rio Grande e a região metropolitana, fazendo com que os portos gaúchos percam competitividade em relação aos terminais catarinenses.

A partir do case de sucesso na aviação regional, as políticas públicas de incentivo tributário deveriam privilegiar o estabelecimento competitivo de rotas hidroviárias, visando ganhos de médio e longo prazo na escala de navegação bem como benefícios indiretos no aumento arrecadatório de uma economia gaúcha mais competitiva.

Resumo:

- Viabilizar rotas hidroviárias para integração de cargas Rio Grande do Sul – Uruguai.
- Ampliar as rotas hidroviárias em águas internas no Rio Grande do Sul.
- Criação de política pública Federal e Estadual de subsídios e incentivos para uso do modal hidroviário, nos moldes dos aplicados ao setor aéreo regional, reduzindo burocracia, taxas e impostos sobre combustíveis e outros insumos que tragam mais competitividade a esse modal sustentável e com potencial abundante no Rio Grande do Sul.
- Não implantar projeto de aumento de taxas e cobranças sobre o transporte hidroviário sob pena de reduzir ainda mais sua reduzida demanda e inviabilizar um grande potencial futuro do Rio Grande do Sul.

c) A Decadência do Atual Modelo de Concessão Ferroviária

A FEDERASUL, historicamente debate a utilização de concessões, privatizações e parcerias público/privadas como importantes ferramentas na promoção do desenvolvimento sustentável e justamente para preservar a imagem, aceitação e efetividade destes instrumentos, se torna tão importante a identificação dos objetivos pretendidos nas propostas e a mensuração dos resultados alcançados e efeitos possíveis nos casos concretos, para que tenhamos convicção do atendimento ao interesse público e da promoção do bem comum.

No dia em que debatemos a “Competitividade Gaúcha no Comércio Exterior” durante o Congresso Estadual de Infraestrutura e Encontro de Embaixadores, vieram à tona informações relevantes sobre o uso da malha ferroviária gaúcha sob concessão desde 1997, como a baixa velocidade média deste transporte em apenas 21km/h, o custo comparativamente alto do frete ferroviário em relação a agilidade que oferece, relatos de furtos avariando cargas e a baixa agressividade comercial deste modal no Rio Grande do Sul para conquistar e manter clientes, bem como prospectar novos mercados como o turístico ou de outros produtos.

Em matéria jornalística na Zero Hora, subsequente ao Congresso Estadual de Infraestrutura, na OPINIÃO DA RBS “PARA VOLTAR AOS TRILHOS”, algumas informações saltam aos olhos como a queda da movimentação de cargas por ferrovias no RS na contramão do crescimento no País. A companhia que opera a malha federal no território gaúcho, concedida em 1997, movimentou 14 milhões de toneladas de produtos em 2011, enquanto em 2021 caiu para 3 milhões de toneladas. A empresa recebeu 3,15 mil quilômetros de trilhos, mas aos poucos foi desativando trechos e, em 2021, utilizava somente 1,6 mil quilômetros (dados: Opinião da RBS “Para Voltar aos Trilhos”).

Ainda durante o Congresso Estadual de Infraestrutura, foi abordada a necessidade de investimentos para adequar a bitola férrea gaúcha ao modelo moderno, mas o mapa nacional apresentado com projetos de expansão da rede ferroviária não mostrava qualquer trecho de expansão em território gaúcho, sendo o Rio Grande do Sul alijado de grandes investimentos. No debate técnico com representante da empresa concessionária, foi argumentado que para fazer os investimentos para modernização do transporte ferroviário gaúcho, seria necessária a an-

tecipação da renovação da concessão à vencer em 2027, por mais trinta anos, para que a partir dos novos investimentos pudéssemos almejar alcançar a velocidade média de 50 km/h com vagões de até 100 toneladas.

Nas considerações finais deste dia sobre “A Competitividade Gaúcha no Comércio Exterior” foi debatida a efetividade deste modelo de concessão ferroviária que desde 1997, ao invés de ampliar a malha ferroviária gaúcha, reduziu drasticamente, fazendo com que o Rio Grande do Sul perdesse competitividade por trens que depois de 25 anos de concessão, mantém velocidade média de 21km/h em 2023. Importante também a reflexão sobre a decadência dos números apresentados a partir deste modelo de concessão ferroviária, como base para a análise desta proposta de antecipação de renovação de mais 30 anos de uma concessão que, aparentemente, hoje já não atende ao interesse público ou ao bem comum, mas propõe como meta até depois de 2050, atingir a baixa velocidade média de 50km/h.

Neste sentido, a FEDERASUL, a partir de amplo debate em sua Divisão de Infraestrutura, GTs, nos Fóruns Macrorregionais e no dia sobre “A Competitividade Gaúcha no Comércio Exterior”, legitimado por votação conjunta de seus colegiados, assume o posicionamento pela não renovação deste modelo de concessão, com abertura de GT Ferrovias para integrar ações à Frente Parlamentar das Ferrovias no sentido de estudar e propor um novo modelo atrativo de concessão ferroviária, que favoreça a livre concorrência na utilização da malha ferroviária, evitando a concentração de poder decisório sobre questões estratégicas ao interesse público.

Resumo:

- Não renovação dos atuais contratos de concessão do modal ferroviário no Rio Grande do Sul
- Abertura de Grupo de Trabalho da FEDERASUL em parceria com Frente Parlamentar das Ferrovias, entidades do setor e o Poder Público para estudar e propor novo modelo atrativo de concessão ferroviária.

FÓRUNS MACRORREGIONAIS DE 2023

Entre janeiro e julho de 2023, além das reuniões semanais em Porto Alegre, dos eventos e das ações das divisões e Grupos de Trabalho, com espaços de interação entre os Conselhos, a Diretoria Executiva e as Filiadas, ocorreu a interiorização das ações da FEDERASUL em 09 Fóruns Macrorregionais, com a presença do Vice-Presidente de Integração, de Vice-Presidentes e Diretores Regionais, Presidentes e associados de Filiadas, da Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora e do Presidente da FEDERASUL.

1 - FÓRUM MACRORREGIONAL MÉDIO ALTO URUGUAI

REALIZADO EM **NONOAI** – 03/03/2023

Demandas:

- Melhoria da pavimentação da BR 386 de Frederico Westphalen a Carazinho;
- Pavimentação da ERS 591 de Frederico Westphalen/Ametista
- Finalização da pavimentação da ERS 324 de Iraí/Planalto

2 - FÓRUM MACRORREGIONAL LITORAL E PARANHANA

REALIZADO EM **OSÓRIO** – 19/04/2023

Demandas:

- Plano Regional de Turismo
- Providências para resolver o problema crítico da ponte que liga Tramandaí a Imbé
- Providências para resolver o problema de acesso a Capão da Canoa pela RS 407
- Diálogo com o Tribunal Regional do Trabalho

3 - FÓRUM MACRORREGIONAL VALE DO TAQUARI, RIO PARDO E JACUÍ CENTRO

REALIZADO EM **LAJEADO** – 25/04/2023

Demandas:

- Auxílio à cadeia da proteína animal, setor em crise
- Licenças e taxas do setor de logística
- Viabilidade de terminal portuário e aeroporto na região
- Utilização de sistema de freeflow em todos os pedágios e concessões de rodovias na região

4 - FÓRUM MACRORREGIONAL METROPOLITANA DELTA DO JACUÍ E VALE DO RIO DOS SINOS E RIO CAÍ

REALIZADO EM **CANOAS** – 10/05/2023

Demandas:

- ERS 118 - Duplicação entre Gravataí e Viamão, sem implantação de qualquer tipo de pedágio;
- BR 448 - Prolongamento da Rodovia do Parque até o Município de Portão/RS 240, com acessos aos Municípios de Sapucaia do Sul e São Leopoldo;
- BR 116 - Conclusão das obras para melhoria da trafegabilidade entre os Municípios de Canoas e São Leopoldo, dentre elas a ponte sobre o Rio dos Sinos; alças de acesso na intersecção da RS 240/BR 116; acesso aos Municípios de Canoas e Esteio pela BR 448;
- ERS 010 - Construção da Rodovia do Progresso entre os Municípios de Porto Alegre/BR-290 e Sapiranga/RS-239

5 - FÓRUM MACRORREGIONAL PRODUÇÃO, NORTE, NOROESTE COLONIAL E ALTO JACUÍ-BOTUCARAÍ

REALIZADO EM **PASSO FUNDO** – 18/05/2023

Demandas:

- Infraestrutura: modal rodoviário – ligação com SC (Passo Fundo/Erechim) – BR 153 pavimentação;
- Segurança para escoamento da produção das sementeiras que ficam às margens da BR-158
- Malha Sul
- Infraestrutura: ERS 285

6 - FÓRUM MACRORREGIONAL CENTRAL E FRONTEIRA OESTE

REALIZADO EM **CAÇAPAVA DO SUL** -
15/06/2023

Demandas:

- Duplicação da BR 290;
- Asfaltamento Agudo a Ibarama – ERS 347
- Asfaltamento Tupanciretã / Júlio de Castilhos
- Barragem Ivorá

7 - FÓRUM MACRORREGIONAL NOR-DESTE / HORTÊNSIAS E SERRA

REALIZADO EM **NOVA PETRÓPOLIS** –
23/06/2023

Demandas:

- Infraestrutura - Conclusão asfáltica da BR 285 de 8,3 Km entre São José dos Ausentes e Timbè (Serra da Rocinha)
- Ambiente de Negócios - Terceirização, entendimento da contratação de MEI e CNPJ em relação ao trabalho análogo à escravidão
- Turismo de experiência (Rota Romântica) - evitar a especulação imobiliária nos morros para não descaracterizar nosso interior
- Terminal rodoferroviário da Serra em Vacaria

8 - FÓRUM MACRORREGIONAL CENTRO/SUL E SUL/CAMPANHA

REALIZADO EM **BAGÉ** – 30/06/2023

Demandas:

- Pedágios da BR 116 - renegociação com a Ecosul e a reanálise do estudo de três pedágios entre Camaquã a Porto Alegre
- Duplicação da BR 290
- Porto Rio Grande / Lote 4 da BR 392
- ERS 473– rodovia que liga Bagé a Torquato Severo

9 - FÓRUM MACRORREGIONAL FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES

REALIZADO EM **SANTA ROSA** - 06/07/2023

Demandas:

- Trechos de 3ª pista na RS-344 entre Santo Ângelo, Giruá e Santa Rosa. Projeto idealizado e pago pelos três municípios, atualmente licitação já marcada para contratação de empresa para o projeto que ocorrerá no dia 17/07, tomada de preços 29/2023.
- Rota turística (Costaneira) são 214 quilômetros costeando o Rio Uruguai – demanda esta-dualização da rodovia para que o DAER possa auxiliar. Corede já sinalizou estar coordenando a demanda.
- Frente Pró-duplicação 285 entre Panambi e São Luiz Gonzaga, se estendendo à São Borja.
- Estudo EVTEA BR 472 entre São Nicolau/São Borja

Considerando os levantamentos e debates, envolvendo centenas de lideranças empresariais engajadas nesta Federação por todo estado do Rio Grande do Sul, realizados ao longo do primeiro semestre de 2023, a FEDERASUL, no dia 12 de Julho de 2023, em reunião de integração conjunta do Conselho Superior, Diretoria Executiva e Presidentes de Filiadas, legitima por aprovação unânime as ideias e propostas preliminares apresentadas até a data de hoje neste documento, intitulado “Manifesto Empreendedor Gaúcho”.

Porto Alegre, 12 de Julho de 2023



Escaneie o QR-CODE para acessar a versão digital do
Manifesto Empreendedor Gaúcho - Julho 2023

“Apreendendo com a histórica beligerância ideológica gaúcha, que tantos retrocessos nos trouxe nas últimas décadas, escolhemos ser partes de um grande projeto, ao invés de donos de ideias que não se realizam, para que dos valores do empreendedorismo, frutifiquem as convergências de um Rio Grande do Sul mais próspero, inclusivo e humano”